

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 1.215/2025, DE 18 DE AGOSTO DE 2025

1

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

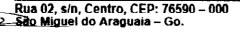
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA,

Estado de Goiás, aprova, e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido reajuste salarial de 22,22% (vinte e dois vírgula vinte e dois por cento) aos profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, com efeitos financeiros retroativos a 1º de agosto de 2025, conforme tabela de vencimentos, ANEXO ÚNICO, que é parte integrante desta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo, aplica-se aos profissionais do magistério inativos e pensionistas, bem como aos contratados temporariamente, observada a proporcionalidade da jornada de trabalho.

- Art. 2º A tabela de vencimentos de que trata o caput do art. 1º, obedecem ao disposto na Lei Municipal de nº. 584/2010 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público do Município.
- Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários e financeiros alocados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, através da sua cota parte 70% (setenta por cento), observadas as prescrições contidas na Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020, as obrigações assumidas por esta Lei.
- Art. 4º Havendo insuficiência de recursos financeiros para arcar com as despesas, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a recorrer a outras fontes de recursos para o cumprimento desta Lei.
- Art. 5° Fica alterado o art. 26 da Lei nº. 584, de 13 de abril de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal, passando a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 26. A gratificação pelo exercício da função de direção de unidades escolares será atribuída de acordo com o número de alunos matriculados na respectiva unidade de ensino, correspondendo aos seguintes valores:







- 1 15% (quinze por cento), calculados sobre o vencimento base, para unidades escolares com até 150 (cento e cinquenta) alunos matriculados;
- II 20% (vinte por cento), calculados sobre o vencimento base, para unidades escolares com 151 (cento e cinquenta e um) a 300 (trezentos) alunos matriculados:
- III 25% (vinte e cinco por cento), calculados sobre o vencimento base, para unidades escolares com mais de 300 (trezentos) alunos matriculados;
 - IV Revogado.
- Art. 6° Fica alterado o art. 26-A da Lei nº. 584, de 13 de abril de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal, passando a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 26-A. A gratificação devida pelo desempenho da função de coordenação pedagógica em unidade escolar será equivalente a:
- I 10% (dez por cento), calculados sobre o vencimento base, para coordenadores cuja jornada semanal de trabalho corresponda a 40 (quarenta) horas-relógio efetivamente cumpridas.
- Art. 7º Fica alterado o art. 28 da Lei nº. 584, de 13 de abril de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal, passando a vigorar com a seguinte redação:
- Art. 28. A Gratificação por Representação Especial será concedida por ato de designação do(a) Prefeito(a) Municipal, para o exercício de cargos de confiança por profissionais da educação, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, conforme as funções desempenhadas.
- §1º. O valor do adicional será fixado de acordo com a função exercida pelo profissional do magistério no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.
- 1 25% (vinte e cinco por cento) para as funções de: inspeção educacional, assessoria, coordenação pedagógica, coordenação de esporte educacional, chefe de departamento e coordenação da merenda.
- II 20% (vinte por cento) para as outras funções de: planejamento educacional, coordenador educacional, supervisor educacional, assessor pedagógico, coordenação de apoio à inclusão, coordenador de projetos educacionais e chefe de transporte escolar.
 - Art. 8° Fica revogado o art. 29-A da Lei nº. 584, de 13 de abril de





2010, que dispõe sobre a concessão da gratificação de atividade de educação infantil ou por qualquer outra norma que o tenha instituído.

3

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Miguel do Araguaia-GO, 18 de agosto de 2025.

João Batista Garcia Costa

Presidente

Newber Rourigues Pereira
Vice-Presidente

André Luiz Maciel Souza

1º Secretário

Vilma Maria Ferreira Cardoso 2ª Secretária